

**Parecer nº 90/99**

Data: 1999.06.16

Processo nº 589

**Reclamante:** Domingos José Fernandes Fevereiro.

**Entidade reclamada:** Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

**I - Os Factos**

1. Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado no processo “reclama” do indeferimento de passagem de certidão de diplomas legais referentes à organização e funcionamento de vários serviços integrados no Ministério da Justiça, que havia requerido ao Gabinete de Estudos e Planeamento do referido Ministério.
2. Do processo, constata-se que o Gabinete em causa lhe enviou uma lista onde é referenciada legislação solicitada.

**II - O Direito**

1. O princípio do arquivo aberto, consagrado na Constituição (artigo 268º, nº 2) e normativamente concretizado na Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, visa comunicar aos cidadãos informações sobre a actividade da Administração que, em face do segredo administrativo, anteriormente vigente, nunca chegariam a conhecer; mas não documentos que, pela sua própria natureza, como é o caso da actividade normativa do poder legislativo ou do poder administrativo, constam de diplomas publicados no Diário da Republica.
2. Se o Gabinete de Estudos tinha uma lista já elaborada com a referida legislação, detinha um documento administrativo comunicável.

Mas nada o obrigava a elaborar um tal documento, podendo, pura e simplesmente, não sendo uma estrutura pública de assessoria jurídica ao cidadão, limitar-se a indeferir o requerido.

Não há certidões de leis, garantindo o poder público a conformidade do que consta do Diário da República com o que é aprovado pelo poder legislativo e promulgado pelo Presidente da República.

Tudo visto, os cidadãos não têm quaisquer direitos a obter, através da invocação da Lei 65/93, de 26 de Agosto, de nenhum serviço da Administração Pública, exemplares, fotocópias ou certidões de normas jurídicas publicadas em jornais oficiais.

### **III- Parecer**

A CADA é de parecer que o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça não tem que emitir a certidão solicitada por Domingos José Fernandes Fevereiro

Aprovado na sessão da CADA de 16 de Junho de 1999.

*Castro Martins (Presidente) – José Magalhães – Silva Marques – Narana Coissoró – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca do Amaral – João Labescat*